

Data-base 2006

Cruesp tenta ignorar aumento da arrecadação do ICMS e quer esticar arrocho

Em maio deste ano, o Cruesp concedeu apenas 0,75% de reajuste salarial e informou que, após avaliação da evolução do ICMS no período janeiro-agosto de 2006, poderia oferecer mais 1,79%, para completar os 2,55% do índice Fipe, correspondentes aos 12 meses: de abril/05 a abril/06. Desta forma, já próximos ao final do ano, estamos discutindo, ainda, a recuperação de perdas consolidadas em abril/06!

Se considerarmos que o parâmetro de perda salarial do Fórum das Seis (que agrupa os sindicatos da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza, aí inserido o nosso Sintunesp) sempre foi o ICV-Dieese, que de abril/05 a abril/06 corresponde a 3,25%, veremos que a posição assumida pelo Cruesp atualmente não tem o menor cabimento.

Para que o 1,79% fosse concedido em setembro, os reitores afirmaram (no Comunicado 02/2006) que a condição era a de que, em agosto/06, a arrecadação efetiva fosse igual ou maior à estimada pela Secretaria da Fazenda no mesmo período. A previsão da Secretaria era de R\$ 40,217 bilhões (descontado o montante da Habitação).

Nas negociações realizadas em setembro, o Cruesp informou que não pretendia conceder o reajuste, uma vez que tal patamar não seria atingido. Como mostra a tabela, a razão entre o efetivamente arrecadado e o previsto pela Fazenda é de 0,9840 no período janeiro a agosto/06, isto é: 98,4% do estimado; e de 0,9877 no período janeiro a setembro/06, ou seja: 98,77% do estimado.

Absolutamente inconformados com tamanha intransigência, que mostra claramente a intenção dos reitores de aprofundar o arrocho salarial nas universidades, penalizando professores e funcionários, os representantes do Fórum afirmaram que a política do "tudo ou nada" era inadmissível. Ou seja, o mínimo que os reitores poderiam fazer era conceder 98,4% do reajuste previsto.

Tabela 1

Período de 2006	Previsão da Secretaria da Fazenda em R\$ milhões (A)	Arrecadação em R\$ milhões (B)	Razão (B/A)
1/1 a 31/8	26.454,88	26.020,84	0,9840
1/1 a 30/9	29.826,79	29.460,18*	0,9877

* Estimativa da Secretaria da Fazenda

A negociação em 20/10

No dia 20 de outubro, o Fórum das Seis voltou a se reunir com o Cruesp, que se fez representar pela reitora da USP e pelos vice-reitores da Unesp e da Unicamp. A professora Suely Vilela, presidente do Cruesp, disse que não era possível aceitar a proposta do Fórum (pagamento de 98,4% do índice), mas que o 1,79% de reajuste seria concedido no momento em que a arrecadação do ICMS do estado atingisse os R\$ 40,217 milhões.

Em reunião realizada no dia 16/10, a Comissão Técnica do Cruesp já havia informado uma mudança na previsão anterior, ou seja, o ICMS havia voltado a crescer.

O Fórum questionou, então, se o reajuste seria retroativo a setembro, caso fosse atingido o patamar estipulado. Neste momento, a presidente do Cruesp acenou positivamente com a cabeça, enquanto o vice-reitor da Unesp gesticulou negativamente com a mão, afirmando que o reajuste seria pago a partir do momento em que a arrecadação atingisse os R\$ 40,217 milhões.

Após um intervalo de 15 minutos, o presidente do Fórum, professor Chico Miraglia, da Adusp, argumentou que o pagamento do reajuste a partir de setembro é uma decorrência "logicamente necessária" do Comunicado 002/2006. Neste momento, não houve discordância por parte do Cruesp.

Nova reunião

A próxima reunião da Comissão de Acompanhamento da Arrecadação do ICMS com o Fórum está marcada para 9/11. Antes disso, em 31/10, ocorre nova reunião da Comissão de Isonomia (veja matéria na pág. 2).

Sonegação e renúncia fiscal

A justificativa dos reitores para tentar burlar o compromisso de novo reajuste no segundo semestre é a queda na arrecadação do ICMS. O que eles (e o governo Serra/Alckmin) não discutem são as causas do problema. No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado à Assembléia Legislativa neste ano, o governador Cláudio Lembo informa que deixará de arrecadar 8,7% do ICMS em 2006 e 8,4% em 2007, devido à concessão de isenções fiscais. Em 2006, isso corresponde a, aproximadamente, R\$ 3,5 bilhões. Para se ter uma idéia do tamanho desse rombo, tal valor seria suficiente para manter as três universidades estaduais paulistas por um ano.

É importante destacar que se trata do mesmo governo que vetou o aumento de verbas para a educação no ano passado e que não quer votar a LDO agora neste ano (leia na página 2).

Ou seja, se o governo apenas deixasse de apresentar os empresários com isenções fiscais, seria possível dobrar o sistema de ensino superior público no estado.

Comissão do CADE dá início à revisão do Esunesp

Sintunesp pede que comunidade seja amplamente ouvida e possa interferir no processo

Nos dias 3 e 4/10, aconteceu a primeira reunião da comissão designada pelo CADE para a revisão do Estatuto dos Servidores da Unesp (Esunesp). Fato raro na instituição, o companheiro Ademir Machado dos Santos, do campus de Guaratinguetá, foi indicado presidente da comissão.

"Teremos um trabalho intenso", avalia Ademir, lembrando que o estatuto é de 1981 e, de lá para cá, houve as reformas previdenciária e administrativa, novo plano de carreira, novas resoluções etc.

No dia 3, os membros da comissão (veja box) discutiram a forma de trabalho que adotarão, indicaram o presidente e decidiram que a periodicidade das reuniões será mensal. As próximas estão previstas para os dias 7 e 8/11 e 4 e 5/12.

A comissão entende que o trabalho deverá conter um histórico, análise e conclusão, devendo também demonstrar, através de quadro comparativo, a situação existente e a proposta. Para isso, já foi solicitado à Secretaria Geral da Unesp um levantamento da existência de processo que trate do assunto. Também será feito um levantamento de toda a legislação legal (Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual de 1989, Lei do Funcionalismo Público, reformas constitucionais, leis complementares, resoluções e portarias da Unesp), bem como a

Os membros da Comissão

- Ademir Machado dos Santos - FE/Guaratinguetá (presidente da Comissão).
- Aurelio Teixeira - IB/Rio Claro (representante técnico-administrativo junto ao CADE).
- Antônio Luís de Andrade (Tato) - PP (representante docente).
- Maria Emilia Pereira - FM/Botucatu (representante das unidades universitárias)
- Vani Rodrigues Santana (CRH/Reitoria).

respeito da questão da revisão da carreira, subquadro e parâmetros. "A comissão tem o interesse de conhecer os estatutos da USP e da Unicamp, a fim de promover uma análise comparativa e extrair contribuições e propostas que possam ser aproveitadas na revisão do Esunesp", comenta Ademir.

Participação da comunidade

O Sintunesp entende que este é um assunto de grande importância para os servidores, pois o Esunesp diz respeito à boa parte dos aspectos de sua vida funcional. Por isso, defende que nenhuma revisão seja aprovada sem que, antes, passe por um amplo debate na categoria, com espaço para sugestões e críticas.

Golpe no 13º... de novo!

Na reunião do CEPE, em 17/10, o vice-reitor informou que o 13º salário dos estatutários será pago em parcela única, no mês de dezembro, a exemplo do que ocorreu em 2005. A justificativa é a tendência de que a arrecadação do ICMS prevista pelo governo estadual não seja atingida.

Não bastasse o mísero reajuste da data-base 2005, que sequer repôs a inflação do período, a Reitoria da Unesp já encontra mais uma maneira de jogar a conta na mesa dos trabalhadores. O Sintunesp e a Adunesp, na condição de representantes de servidores e docentes, denunciam essa iniciativa e reivindicam que o 13º seja pago em duas parcelas - novembro e dezembro - para todos, da forma que sempre ocorreu. Muitos já comprometeram o 13º para driblar as dívidas e a mudança das regras é um prejuízo para todos.

Muita atenção para o Código de Ética

Recentemente, a Reitoria divulgou uma proposta de Código de Ética para a Universidade. O Sintunesp alerta para a importância deste debate, que também diz respeito à vida funcional dos servidores, assim como o Esunesp. Em conjunto com as associações locais, o Sindicato pretende promover debates sobre o assunto nas unidades. Fique atento e participe. A íntegra da proposta da Reitoria pode ser acessada no site do Sindicato (www.sintunesp.org.br)